

# Beneficiários do Programa Bolsa Família: relações com as finanças e impacto na satisfação global de vida

*Beneficiaries of the Bolsa Família program: relations with finance and impact on global life satisfaction*

*Jéssica Pulino Campara*

Universidade Federal de Santa Maria

*Kelmara Mendes Vieira*

Universidade Federal de Santa Maria

## Abstract

The aim of this paper is to identify the practices, perceptions and the financial behaviors of beneficiaries of Program Bolsa Família and their impact on global life satisfaction. For this, we applied 595 questionnaires, which were analyzed using descriptive statistics and multiple linear regression. The main results showed the predominance of women in the financial management of these families who are in financial situations difficult, overdue bills, spending more than they earn, almost unable to pay the monthly expenses and without conditions to save money. In relation to behavioral factors, we concluded medium financial attitude, attitude to debt and financial well-being, positive financial behavior, low level of financial knowledge and overall satisfaction positive life. The multiple linear regression indicated that people with high sense of financial well-being, attitude and adequate financial behavior, low savings and no debt visualize a better overall life satisfaction.

## Keywords

low income; global life satisfaction; behavioral factors; financial management; female gender.

**JEL Codes** I32; I30; G00.

## Resumo

*O objetivo do estudo é identificar as práticas, as percepções e o comportamento financeiro das beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e seus impactos na satisfação global de vida. Para isso, aplicaram-se 595 questionários, os quais foram analisados por meio de estatística descritiva e regressão linear múltipla. Os principais resultados revelam a predominância das mulheres na gestão financeira dessas famílias que se encontram em situação financeira difícil, contas em atraso, gastando mais do que ganham, quase não conseguindo pagar as despesas mensais e sem condições de poupança. Quanto aos fatores comportamentais, verifica-se atitude financeira, atitude ao endividamento e bem-estar financeiro medianos, comportamento financeiro favorável, baixo nível de conhecimento financeiro e satisfação global de vida positiva. A regressão linear múltipla indicou que pessoas com elevada percepção de bem-estar financeiro, atitude e comportamento financeiros adequados, baixo nível de poupança e ausência de dívida visualizam melhor satisfação global de vida.*

## Palavras-chave

*baixa renda; satisfação global de vida; fatores comportamentais; gestão financeira; gênero feminino.*

**Códigos JEL** I32; I30; G00.

## 1 Introdução

A diferenciação entre classes sociais no Brasil é consequência de uma longa conjuntura histórica, que parte desde a colonização do país passando pelo regime fundiário e pelo período republicano até chegar aos dias atuais, com o sistema capitalista, que dirigiu a urbanização, o processo industrial, o acúmulo de capital, a maior oferta de emprego e conseqüentemente a pobreza e a desigualdade social (Dedecca, 2014). Esse panorama histórico conduziu maior concentração de renda nas mãos de uma pequena elite (Silva, 2013), o que gerou uma distribuição de renda desigual e um processo excludente gerador e reproduzidor da pobreza (Silva, 2010). Visualizada essa situação, nos últimos vinte anos, há uma convergência política direcionada à redução das desigualdades e da superação da pobreza no Brasil, por meio de programas de assistência social (Dedecca, 2014).

Dentre os programas sociais desenvolvidos, o Programa Bolsa Família (PBF) foi o que ganhou maior notoriedade. Consolidado no ano de 2003, tem como objetivo principal combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres (Santana, 2007). Para isso, o governo baliza-se em um Programa de Transferência de Renda Condicionado constituído por três dimensões: transferência direta de renda, condicionalidades e ações complementares. Por meio do eixo da transferência de renda, o governo federal concede às famílias que comprovam estarem em situações de pobreza (renda mensal por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00) ou extrema pobreza (renda familiar mensal por pessoa de até R\$ 77,00) uma receita mensal fixa para alívio imediato da pobreza. As famílias têm total liberdade na alocação dessa receita, que varia de R\$ 35,00 a R\$ 259,00 para famílias pobres, e de R\$ 77,00 a R\$ 336,00 para famílias consideradas em condições de extrema pobreza, sendo que ainda há o Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP), calculado caso a caso, não havendo parâmetros nem limites para o valor do benefício (MDS; SENARC, 2014).

A segunda dimensão, condicionalidades, tem como intuito melhorar o acesso das famílias beneficiárias a direitos sociais básicos como educação, saúde, assistência social e alimentação (Weissheimer, 2006). Assim, torna-se responsabilidade do poder público ampliar o acesso a esses serviços e das famílias a obrigatoriedade, para continuar no programa, de manter as crianças e os jovens de 6 a 17 anos na escola e realizar o acompanhamento da saúde de crianças menores de 7 anos, mulheres grávidas (mulheres

entre 14 e 44 anos) e mães que estão amamentando (Brasil, 2009). Por fim, a última dimensão do programa, ações complementares, dizem respeito a iniciativas dos próprios municípios em identificar as maiores vulnerabilidades da sociedade local e desenvolver ações em prol da melhor qualidade de vida desses (Senna *et al.*, 2007).

Essa dinâmica de transmissão de renda condicionada para famílias em situações vulneráveis vem ampliando consideravelmente a qualidade de vida dessa parcela da população (MDS; SAGI, 2012). Nesse sentido, o governo federal prioriza a concessão do benefício às mães dessas famílias, já que considera que as mulheres são mais atentas e preocupadas com as necessidades do lar, bem como relatam ter “como objetivo contribuir para a ampliação do bem-estar da família e, ao mesmo tempo, da autonomia feminina no espaço doméstico e nas comunidades locais” (MDS; SENARC, 2014, p. 11). Essa iniciativa amplia a tomada de decisão financeira das mulheres que, historicamente, foram afastadas dessas questões pelas famílias, que adotavam estratégias protecionistas para elas, afastando-as de prática, decisões e conceitos financeiros e, contrariamente, estimulavam os homens a participar desses assuntos (Falahati; Sabri; Paim, 2012).

Esse contexto histórico fez com que, ao longo dos anos, os homens fossem se aperfeiçoando e tornando-se detentores de maiores conhecimentos financeiros (Mottola, 2013), mais tolerantes ao risco (Melo; Silva, 2010), mais alfabetizados financeiramente (Lusardi; Wallace, 2013) e mais envolvidos com a tomada de decisão (Falahati; Sabri; Paim, 2012). Todavia, esse cenário está se alterando, atualmente, uma vez que elas não se restringem apenas a atividades domésticas, e sim trabalham em praticamente todos os âmbitos sociais com elevada participação no mercado de trabalho e ampliação dos níveis salariais (IBGE, 2012), preocupam-se constantemente com as necessidades da família (Carvalho; Alves, 2010) e são mais alertas e menos audaciosas no momento da tomada de decisão financeira (Keese, 2012).

No contexto de baixa renda, a concessão do recurso do PBF, nomeadamente às mulheres, torna-as cada vez mais responsáveis pela gestão financeira doméstica, maximizando o empoderamento feminino. Mas, por outro lado, estão entre o grupo das mulheres que se encontram em situações financeiras mais desfavoráveis, com alta restrição orçamentária e que, assim, precisam de maiores cuidados na gestão financeira de seus recursos, a fim de atender às necessidades da família e manter uma qualidade de vida mínima, dentro dos valores monetários disponíveis (Cui; I-Jun; Yan, 2012).

Uma gestão financeira adequada está diretamente associada a aspectos comportamentais como a atitude ao endividamento e à alfabetização financeira e reflete diretamente no bem-estar financeiro e na satisfação global de vida. Nesse sentido, diversos estudos apontam maior probabilidade de endividamento para consumidores de baixa renda (Bricker *et al.*, 2012), o que amplia as preocupações em relação à saúde financeira dessa parcela da população, que deve cada vez mais se atentar para a aquisição de conhecimentos básicos acerca de transações e operações financeiras, realizando atitudes condizentes com o gerenciamento eficiente das finanças e comportando-se de maneira a proporcionar resultados satisfatórios e não comprometedores (Atkinson; Messy, 2012). Assim, o bem-estar financeiro é a consequência positiva de uma gestão financeira equilibrada (Malone *et al.*, 2010). Todavia, as instabilidades e as adversidades financeiras são aspectos que alteram a qualidade de vida dos indivíduos, que, diante da restrição orçamentária, acabam por não atender as suas necessidades e, conseqüentemente, agravam os problemas de ordem psicológica como depressão, doenças do coração e insônia, que afetam diretamente a satisfação global de vida (Lucke *et al.*, 2014).

Partindo desse contexto, o objetivo principal deste estudo é identificar as práticas, a percepção e o comportamento financeiro das beneficiárias do PBF e seus impactos na satisfação global com a vida. Como objetivos específicos, têm-se: i) identificar o perfil das beneficiárias do PBF na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense; ii) conhecer as formas de gerenciamento financeiro utilizadas por elas; iii) investigar a atitude ao endividamento, a educação financeira, a atitude financeira, o conhecimento financeiro, o bem-estar financeiro e a satisfação global de vida; e iv) verificar a influência dos fatores atitude ao endividamento, educação financeira, atitude financeira e conhecimento financeiro, bem como das variáveis possuir dívida, ter cartão de crédito, carnê de loja, poupança, nome ligado ao cadastro negativo e já ter emprestado o nome sobre a satisfação global de vida.

Partindo desses objetivos, espera-se atingir maior compreensão das práticas de gestão financeira dessa parcela da população, o que pode contribuir para a adoção de estratégias públicas que visem melhorar as condições de tomada de decisão financeira dos beneficiários do PBF, proporcionando maior bem-estar financeiro e satisfação global de vida. Além disso, espera-se aprofundar o conhecimento das estruturas e condições de vida dos beneficiários do PBF que fazem parte de um grande contingente populacional

brasileiro que sobrevive com diversas adversidades financeiras. A inovação deste trabalho está, primeiramente, no foco em indivíduos de baixa renda vinculados a aspectos financeiros, uma vez que a maior parte dos estudos que abordam essa população fixa-se nos aspectos de saúde e educação. Destaca-se ainda como inovação a predominância na amostra do gênero feminino, que vem assumindo grande representatividade na tomada de decisão financeira das famílias e, por fim, a realização deste estudo em uma região interiorana, que, diante das condições econômicas, disponibiliza menores oportunidades de trabalho, o que requer maior autonomia e criatividade dessas pessoas.

## 2 Referencial teórico

As alterações nos contextos social e econômico, advindas do rearranjo do mercado capitalista desde o início do século, juntamente com a regionalização dos mercados e a crescente concentração do capital financeiro, vêm ocasionado o crescimento de classes sociais carentes e de aglomerados populacionais (Silva *et al.*, 2004). Essa conjuntura exige das autoridades governamentais alternativas que amenizem as más condições de vida desses indivíduos. Visualizando essa necessidade, o governo federal desenvolveu, em 2003, o PBF, com o intuito de amenizar as vulnerabilidades e emancipar as famílias em situações precárias.

Atualmente o programa auxilia mais de 13 milhões de famílias em todo o Brasil, com o objetivo central de melhorar as condições de vida dos beneficiários (Portal da Transparência, 2014), que, em sua maior parte, não possuem rendimentos fixos, sendo o recurso do PBF uma garantia de renda mensal (Sugiyama; Hunter, 2013). Todavia, como as famílias possuem autonomia para decidir onde alocar seus recursos financeiros, a melhora nas condições de vida fica associada à maneira como essas famílias gerenciam seus recursos monetários, ou seja, a que fim destinam o dinheiro, como tomam suas decisões, quais suas prioridades e se conseguem atendê-las (MDS; SENARC, 2014). Nesse sentido, a gestão financeira pode se tornar grande aliada na tomada de decisão financeira, visto que ela representa o processo de ajuste entre os recursos que as famílias têm disponível e as suas necessidades, ou seja, combinam-se os recursos disponíveis com as demandas, bem como as prioridades da família, evitando gastos su-

pérfluos e equilibrando receitas e despesas (Cui *et al.*, 2012). Budescu e Taylor (2013) corroboram, evidenciando que tais questões são ainda mais importantes entre famílias mais pobres, já que se torna um elemento de intervenção junto a esses indivíduos no uso do dinheiro.

Visualizando a relevância da gestão financeira para famílias de baixa renda, a empresa Plano CDE (2012) desenvolveu um estudo com a finalidade de compreender como as classes C, D e E gerenciam o seu dinheiro. Os principais resultados revelaram que os brasileiros mais pobres são experientes e criativos na hora de gerir os recursos monetários e utilizam diversas ferramentas para isso. Com o mesmo objetivo, Collins *et al.* (2009) realizaram uma pesquisa em Bangladesh, na Índia, e também na África do Sul, onde entrevistaram famílias em situações precárias financeiramente. Os achados apontaram que as famílias são reféns de um orçamento restrito, que não chega a mais de dois dólares por dia, o que dificulta a manutenção de uma boa alimentação, a educação para os filhos e a garantia de saúde, tendo essas pessoas que realizar verdadeiros malabarismos para se manter.

Especificamente quanto à importância do gênero para a gestão financeira nas famílias de baixa renda, estudos indicam que as mulheres agem de maneira diferente da dos homens. Elas são vistas como mais prudentes em suas decisões, apresentam melhor organização e planejamento do orçamento financeiro; assim, alocam seus recursos de maneira mais eficiente, sem ter a necessidade de recorrer a fontes de terceiros (Baek; Hong, 2004). Ratificando, há indicativos de que as mulheres têm atitudes mais cuidadosas perante o dinheiro, são mais tensas e angustiadas e tendem a pensar mais em seus gastos, sendo mais cautelosas do que eles (Moura, 2005). Além disso, as mulheres preocupam-se mais com as necessidades da família, focam seus recursos em alimentação e moradia, ampliando, assim, a qualidade da vida da unidade familiar (Carvalho; Alves, 2010).

Em contrapartida, muitos estudos revelam que as mulheres possuem menor nível de conhecimento financeiro e piores atitudes e comportamentos, o que dificulta a manutenção de boa situação financeira (Atkinson; Messy, 2012; Lusardi; Wallace, 2013; Mottola, 2013). Dentre as justificativas para esse resultado, salienta-se a difícil caminhada que elas estão traçando ao longo da história em busca de maior espaço social, autonomia e reconhecimento. Partindo dessas dificuldades enfrentadas pelas mulheres, amplia-se a importância da equidade na gestão financeira, pois a ausência de uma gestão financeira equilibrada maximiza os hábitos de consumo

impulsivos, práticas orçamentárias disfuncionais ou ruins e consequências financeiras e pessoais graves, tais como o endividamento, os problemas de saúde e o estresse emocional.

Nesse sentido, entende-se por endividamento o saldo devedor assumido por determinado indivíduo, que pode ser resultado de um agregado de responsabilidades financeiras, as quais são geradas a partir da utilização de capital de terceiros e que devem ser quitadas em um determinado período já fixado (Marques; Frade, 2004). Caso esse compromisso não seja quitado na data estabelecida, isso pode acarretar inúmeros transtornos, que vão desde os problemas de ordem financeira, como a inadimplência, a insolvência e a indisponibilidade de crédito, chegando a patamares sociais e psicológicos, como o estresse mental e a angústia, que afetam as condições de vida e as relações (Slomp, 2008). Essas adversidades são ainda mais eminentes em indivíduos de baixa renda, que, pela restrição orçamentária, acabam tendo maior propensão ao acúmulo de dívida (Bricker *et al.*, 2012).

Percebe-se, portanto, que a dívida acarreta diversos impactos na vida das pessoas, e, assim, investigar fatores que a ela são relacionados é muito importante. Nesse sentido, salienta-se o conhecimento, a atitude e o comportamento financeiro, que, segundo Vitt (2004), são ferramentas que propiciam aos indivíduos tornarem-se capazes de compreender conceitos básicos de finanças, gerenciar seus recursos e planejar para o futuro. Remund (2010) ratifica, esclarecendo que esses fatores ampliam o entendimento de conceitos financeiros chave e habilidades para administrar os recursos disponíveis. Desse modo, a ausência deles é um dos fatores que contribuíram para a tomada de decisões financeiras equivocadas, que acabam por repercutir de maneira negativa na vida das pessoas (OECD, 2009).

Sendo assim, esses fatores vêm assumindo papel fundamental na relação monetária dos indivíduos, uma vez que têm como resultado a capacitação intelectual para tomada de decisões responsáveis, o que impulsiona o alcance do bem-estar financeiro e da satisfação de vida (Huston, 2010). Nesse âmbito, o bem-estar financeiro é representado pelo sentimento de satisfação em relação aos aspectos monetários, como também uma questão social e político-econômica, visto que os mais afetados pelas tensões financeiras são as famílias de baixa renda, as quais sobrevivem com orçamentos limitados e, normalmente, sem uma gestão financeira coerente às suas necessidades básicas, e dessa forma, acabam por desenvolver maiores dificuldades para atingir o bem-estar financeiro (Lyons; Yilmazer, 2005).

Partindo dessa percepção, tem-se também a relevância de investigar a satisfação global de vida. Plagnol (2011) elucida que indivíduos financeiramente satisfeitos são mais felizes com sua vida. Hagerty e Veenhoven (2003) apontam que isso ocorre pelo fato de os recursos financeiros serem meios para o alcance de sonhos e aspirações. Segundo os autores, indivíduos estáveis financeiramente e sem preocupações com compromissos monetários são mais flexíveis com a vida, percebendo-a de forma positiva.

### 3 Método

A população-alvo do estudo compreende os beneficiários do Programa Bolsa Família residentes na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, a qual é composta de 31 municípios (agrupados em três microrregiões – Microrregião de Santa Maria, Microrregião de Restinga Seca e Microrregião de Santiago). O interesse em investigar esse público, nessa localização específica, deu-se inicialmente pela identificação de uma lacuna na literatura, já que os principais estudos realizados com público de baixa renda que abordaram aspectos financeiros foram desenvolvidos em cidades metropolitanas e capitais (Moura, 2005; Plano CDE, 2012; Mattoso, 2005; MDS; SAGI, 2014; MDS; SAGI, 2007). Além disso, essa é uma região voltada à agropecuária e ao setor terciário (Alonso, 2009), onde o desempenho do PIB *per capita* é o mais baixo e o que apresentou menor crescimento de todas as sete mesorregiões apontadas pelo IBGE (2010) (Moraes, 2013). Esse panorama torna tal região ainda mais atraente para esta pesquisa, pois, diante dessas dificuldades econômicas, as oportunidades para essa parcela da sociedade são ainda menores.

A fim de identificar a população, utilizaram-se os dados disponíveis no Portal da Transparência, no mês de outubro de 2014. Assim, a coleta foi realizada com base no número de beneficiários correspondentes a cada um dos 31 municípios identificados. Para um erro amostral de 4%, com 95% de confiança e uma população finita de 31.671 (Portal da Transparência, 2014), a amostra final mínima a ser investigada era de 590 famílias beneficiadas com o PBF e obteve-se um total de 595 entrevistados.

Para coletar os dados, foi utilizado um questionário estruturado, com 93 questões fechadas, subdivididas em oito blocos de perguntas, as quais foram submetidas a três etapas: tradução reversa (para as escalas interna-



cionais), avaliação de especialistas e o pré-teste. Ressalta-se que o questionário foi desenvolvido de maneira ilustrada, sendo que, em cada uma das questões, há uma imagem que a representa. Optou-se por essa estratégia, uma vez que o público-alvo da pesquisa são indivíduos mais carentes, na maioria das vezes com baixa escolaridade; espera-se que as ilustrações os ajudem a compreender, a interpretar e a responder os questionamentos que serão feitos mais facilmente. A Figura 1 ilustra um resumo das questões abordadas na pesquisa, que continha o tema de cada bloco, a quantidade de variáveis e as referências utilizadas para elaborar o instrumento de coleta de dados.

Figura 1 **Resumo do instrumento de coleta de dados**

<b>Tema</b>	<b>Questões</b>	<b>Referências</b>
<b>Sentimento dos beneficiários e relação ao recebimento dos recursos. Gestão, decisões, práticas e experiências financeiras</b>	1 a 35	Brasil (2009); MDS; SAGI (2014), adaptado de Shockey (2002); OCED (2013b)
<b>Bem-estar financeiro</b>	36 a 43	Norvilitis <i>et al</i> (2003)
<b>Atitude financeira</b>	44 a 53	Adaptado de Shockey (2002); OECD (2013)
<b>Atitude ao endividamento</b>	54 a 62	Moura (2005)
<b>Bem-estar global com a vida</b>	63 a 69	Hutz (2014)
<b>Comportamento financeiro</b>	70 a 77	Shockey (2002); O'Neill <i>et al.</i> (2005); OCED (2013b)
<b>Conhecimento financeiro</b>	78 a 82	Van Rooij, Lusardi & Alessie (2011); OCED (2013b); Klapper, Lusardi & Panos (2013); (NFCS, 2013)
<b>Perfil</b>	11	Elaboradas pelos autores

Fonte: Elaborado pelos autores (2015)

Quanto às escalas, ressalta-se que o bem-estar financeiro, a atitude financeira à satisfação global de vida e a atitude ao endividamento são do tipo *likert* de cinco pontos (Discordo Totalmente (1) a Concordo Totalmente (5)), sendo que devem ser analisadas quanto maior a frequência das respostas, melhor, exceto a atitude ao endividamento que, quanto maior a frequência das respostas, mais predisposto à dívida o indivíduo estará. A escala de comportamento financeiro também é do tipo *likert* de 5 pontos, mas varia de Nunca (1) a Sempre (5), sendo quando maior a frequência de respostas, melhor o comportamento.

A aplicação do instrumento de pesquisa se deu por conveniência, de duas maneiras: inicialmente os pesquisadores tentaram auxílio nas prefeituras para que essas direcionassem os pesquisadores a estabelecimentos como os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) ou os postos médicos que atendessem um grande número de beneficiários; caso esse contato não tivesse sido efetivado, os entrevistadores se deslocariam até os bairros e abordariam as pessoas, questionando inicialmente se eram beneficiárias do PBF, e posteriormente se estariam dispostas a participar da pesquisa. Salienta-se que a pesquisa foi realizada apenas com os titulares dos benefícios, já que são eles que recebem e, na maioria das vezes, geram o dinheiro; assim, teve-se maior veracidade da gestão financeira familiar, sendo que, na maioria dos casos, esse papel é das mulheres. Para efetivar essa etapa, aqueles que se mostraram dispostos a participar foram abordados individualmente, em formato de entrevista. O pesquisador leu cada uma das perguntas, e o entrevistado acompanhou, respondendo uma a uma. Optou-se por esse contato mais direto para garantir maior compreensão das perguntas e maior autenticidade nas respostas.

Inicialmente, com o intuito de conhecer o perfil dos participantes da pesquisa, foi realizada a estatística descritiva. Para isso, desenvolveram-se dois processos: o primeiro utilizando as frequências, para evidenciar as características principais, a gestão, as decisões, as práticas e as experiências financeiras do grupo pesquisado; e o segundo, através do cálculo das médias, da mediana e do desvio padrão, salientando o bem-estar financeiro, a satisfação global de vida, a atitude ao endividamento e o comportamento financeiro.

Por fim, para verificar a influência dos fatores investigados e de algumas variáveis de gestão sobre o bem-estar global com a vida, foi realizada uma regressão linear múltipla, por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Como fator dependente, utilizou-se a satisfação global de vida, sendo independentes os seguintes fatores: bem-estar financeiro, atitude financeira, atitude ao endividamento, comportamento financeiro, conhecimento financeiro e seis variáveis binárias – *dummy* possuir dívida (onde 0 significa ausência de dívida, 1 presença), *dummy* cartão de crédito (0 não possui cartão de crédito e 1 possui), *dummy* carnê de loja (0 não possui carnê de loja e 1 possui), *dummy* poupança (0 nunca conseguiu economizar, 1 já conseguiu ou está realizando algum tipo de economia), *dummy* nome ligado ao cadastro negativo (0 nunca teve o nome vinculado a um cadastro negativo, 1 tem o nome vinculado a um cadastro negativo) e

dummy empréstimo do nome (0 nunca emprestou o nome, 1 já emprestou ou está emprestando o nome).

## 4 Análise dos resultados

Quanto ao perfil dos entrevistados, salienta-se, inicialmente, o gênero; dentre os pesquisados, apenas 14 são homens, o que ratifica a discussão acerca da priorização do governo federal em conceder o benefício do PBF preferencialmente às mulheres. Esse resultado torna-se mais esclarecedor pelo fato de que, na aplicação da pesquisa, nenhuma imposição foi realizada a respeito de a pesquisa ser desenvolvida exclusivamente com mulheres. A exigência era que fosse titular do PBF, mas, mesmo com essa liberdade na coleta de dados, apenas 14 homens foram entrevistados, ampliando as evidências de que o recurso do PBF realmente é direcionado às mulheres, maximizando assim suas responsabilidades diante das decisões financeiras familiares.

Em relação à idade, percebe-se que a amostra é bastante heterogênea, isto é, 27% dos entrevistados possuem até 29 anos; 23,9%, de 30 a 36 anos; 25,2%, de 37 a 45 anos, e 23,4%, mais de 45 anos. As demais variáveis de perfil mostram-se mais homogêneas, sendo 48,3% dos entrevistados casados, com dependentes (95,6%), residência própria (67,1%) e nível educacional de até 8ª série (76,7%). Observando a ocupação, 21,6% realizam trabalhos informais (normalmente diaristas) ou são donas de casa (21,6%) e auferem renda mensal fixa de R\$ 200,00 a R\$ 500,00 (27,1%), sendo que parte desse valor é decorrente do PBF, que transfere até R\$ 112,00 para 33,4% dos entrevistados, de R\$ 112,01 a R\$ 147,00 reais para 18,3%, de R\$ 147,01 a R\$ 212,00 para 23,5% e mais de R\$ 212,01 para 24,7% dos pesquisados. Por meio dessas características, pode-se identificar um perfil bem específico de indivíduos com estrutura familiar definida com cônjuge e filho, casa própria (na maioria das vezes concedidas pelas prefeituras dos municípios às famílias de baixa renda), baixo nível de escolaridade e sazonalidade no aspecto empregatício, o que, vinculado aos baixos níveis de renda, maximiza as vulnerabilidades e as dificuldades na manutenção de uma qualidade de vida mínima.

Analisando a situação financeira dessa parcela da população, os achados apontam para um cenário bastante adverso. Quando questionados a

respeito do pagamento das despesas mensais, a resposta com maior representatividade revela que os entrevistados pagam as despesas mensais, mas não conseguem comprar coisas extras (36,5%), ou, em casos mais críticos, não conseguem pagar todas as despesas mensais (32,5%), gerando acúmulo de contas. Esse panorama é agravado pelo fato de a maioria dos beneficiários evidenciar gastar mais do que ganha (53,1%), sendo que o dinheiro auferido do PBF está todo comprometido (53,8%) no ato do recebimento ou é consumido na primeira semana (27,8%).

Diante de tal restrição orçamentária, pode-se justificar o elevado nível de dívida dessas pessoas, sendo que 63,2% relatam ter algum tipo de conta em atraso, principalmente com lojas de crediários (80,2%) ou supermercados (26,3%). Esse perfil da dívida ratifica o fato de ser a maioria mulheres que gerenciam os recursos monetários dessas famílias, visto que são elas que normalmente se preocupam com itens domésticos (Carvalho; Alves, 2010), como a aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, comprados nas lojas de crediário próprio (Becker, Obino ou Quero-Quero), em longas prestações, as quais muitas vezes se acumulam e ultrapassam as condições de pagamento. Tal conjuntura pode levar ao endividamento como relatado por 80,2% dos entrevistados, que se encontram nessa situação. O nível elevado de dívida em supermercado também corrobora a inquietação das mães das famílias com a manutenção de uma alimentação mínima, nomeadamente aos filhos, revelando que, mesmo em condição precária, algumas delas mantêm o consumo de alimentos.

Perante todas essas controvérsias, 39,4% dizem estar com o nome vinculado a algum cadastro de dívida ativa, 25,6% já estiveram com o nome nessa situação, e 35% nunca estiveram. Dentre as justificativas para terem chegada a esse patamar de dívida, muitos apontam o ato de terem empregado o nome para alguma outra pessoa (46,9%), mas, observando o risco dessa atitude, no momento apenas 5,9% dos entrevistados estão empregando o nome para alguém.

Mesmo diante desse cenário, 37% dos pesquisados relataram estarem satisfeitos com sua condição financeira. Esse fato pode ser justificado pela concessão do benefício do PBF, que, de certa maneira, tem conseguido reduzir a desigualdade de renda e a pobreza, proporcionando melhores condições de vida para os beneficiários, já que ao menos as necessidades básicas passaram a ser supridas (Cavalcanti *et al*, 2013). Ratificando essa evidência, 87,21% indicam que a vida melhorou ou melhorou muito após

o recebimento do PBF, elucidando que realmente o benefício do PBF potencializou maior qualidade de vida.

Quanto à alocação dos recursos, as famílias beneficiadas investem mais em alimentação, sendo que 40,1% dos respondentes apontam a comida como a prioridade nos gastos mensais. Em segundo lugar, revela-se o desembolso com as contas de água/luz/gás/aluguel (16,1%), posteriormente o pagamento das prestações de lojas (carnê de crediário, 14,4%) e compra de material escolar (11,3%). Sampaio e Sousa (2014) confirmam esses resultados, especificando que existem diferenças significativas entre os gastos com alimentação, material escolar e aquisição de bens realizados pelos beneficiários antes e depois que receberam o dinheiro do PBF.

No que se refere à decisão na alocação do benefício do PBF, 69,3% dos entrevistados relatam decidir como vai ser gasto o dinheiro (como a maior parte da amostra é de mulheres, essa responsabilidade torna-se delas). E, quando questionados sobre a razão de serem os indicados por decidir como/onde gastar o dinheiro da casa, apontam o fato de serem mais responsáveis (59,0%) e saberem o que precisa comprar/quais as necessidades domésticas (33,6%). Esse empoderamento feminino se dá primeiramente pela opção do governo de priorizar a concessão do recurso do PBF ao gênero feminino e segundo pelo fato de elas terem maior preocupação em sanar as necessidades básicas da família, nomeadamente no atendimento aos filhos.

Após a confirmação de que, na maioria das famílias, é a mulher quem decide, buscou-se analisar como os recursos são gerenciados. Dos entrevistados, 37,1% relataram realizar anotações por escrito para manter maior controle sobre os gastos, achado que pode ser fundamentado nas características femininas. Normalmente elas são mais prudentes, mais preocupadas com o planejamento e o orçamento familiar e mais organizadas, o que desencadeia uma gestão mais pontual da movimentação monetária da família (Baek; Hong, 2004; Moura, 2005). No caso do consumo de alimentos, remédios e bens, o lugar onde compram são escolhidos por meio de pesquisa de preço, dando preferência aos locais mais baratos (76,4%). Todavia, mesmo com esse manejo cuidadoso, essas mães de família não conseguem fazer com que o recurso do PBF reunido com os demais rendimentos perdure até o fim do mês (45,4%), e a necessidade de falta de recursos financeiros é suprida com empréstimos obtidos com amigos e/ou familiares (55,9%) ou via consumo de bens no crediário de supermercados, farmácias e lojas (compra fiada) (34,7%).

Investigando as ferramentas adotadas, identifica-se que o cartão de crédito não é utilizado (80,2%), provavelmente pela falta de contato com os bancos (59,5%, não possuem nenhum tipo de conta em banco); todavia 80,3% dos entrevistados relataram possuir carnê de crediário, o que amplia suas possibilidades de compra, mas, em contra partida, há a necessidade de uma gestão financeira eficiente que distancie esses indivíduos do endividamento, dado que as mulheres, segundo Ponchio (2006), são mais suscetíveis à aquisição de carnes.

Contrária a essas ferramentas que levam ao consumo, a poupança seria uma boa estratégia para ampliação da qualidade e segurança na vida dessas pessoas. No entanto, 73,6% nunca realizaram nenhum tipo de poupança, o que é salientado por Lucke *et al.* (2014) como um hábito comum entre os brasileiros de baixa renda, muitas vezes por indisponibilidade de caixa e outras por optarem pelo consumo como estratégia para sentir-se parte integrante da sociedade ou até mesmo por considerarem que a compra de bens duráveis é uma maneira de economia. Ratificando esta última perspectiva, Brusky e Fortuna (2002) denominam tal comportamento como uma poupança “invertida”, em que as pessoas pagam seus carnês ou suas dívidas em vez de guardarem o dinheiro, demonstrando que, de alguma maneira, poderiam economizar esse montante que estão desembolsando. Contudo, esse processo exigiria um esforço que talvez elas não estejam dispostas a ultrapassar por não considerarem os benefícios da poupança.

Para a análise dos aspectos comportamentais, computou-se a média dos fatores. Tais estatísticas foram obtidas com base na média das respostas para cada uma das variáveis pertencentes a cada um dos fatores (Tabela 1).

**Tabela 1 Estatística descritiva, média, mediana e desvio padrão**

<b>Fator</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio padrão</b>
<b>Atitude financeira</b>	3,047	3,100	0,491
<b>Comportamento financeiro</b>	3,510	3,500	0,716
<b>Atitude ao endividamento</b>	2,582	2,556	0,519
<b>Bem-estar financeiro</b>	2,965	2,875	0,549
<b>Bem-estar global com a vida</b>	3,692	3,714	0,721

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A Tabela 1 evidencia a média, a mediana e o desvio padrão dos cinco fatores investigados; no entanto, ressalta-se que cada um desses fatores é formado pela média de diversas variáveis, mas optou-se por apresentar

apenas as médias gerais por otimização de espaço; as questões que compõem cada um dos fatores são discutidas ao longo do texto, e, para as mais representativas para seus fatores, foram apresentadas suas médias.

Iniciando as análises, observa-se a média geral do fator atitude financeira (Tabela 1), que permeia a alternativa indiferente (média 3,047), indicando que os entrevistados não desenvolvem hábitos prejudiciais as suas famílias, mas também não se encontram com atitudes tão favoráveis a ponto de alterar significativamente sua condição monetária. Quando observadas as variáveis que compõem o fator individualmente, nota-se que a pergunta “Para você, é importante definir metas para o futuro” foi a que elevou a média das respostas (4,15), apontando que os beneficiários se preocupam com o futuro. Esse resultado pode ter sido tão representativo por ter um escore de respondentes quase que unânime de mulheres, as quais são mais atentas ao futuro, especialmente por pensarem em seus filhos. As demais variáveis relativas à atitude financeira giram em torno da média 3, atentando-se ainda para a questão “Depois de tomar uma decisão sobre dinheiro, você se preocupa muito com a sua decisão” (média 2,41), que revelou a menor média, sendo essa uma variável invertida, que representa a preocupação das pessoas com suas decisões, ou seja, tomam-nas muitas vezes de maneira impulsiva e acabam por pensar muito nelas posteriormente. Mais uma vez, uma característica feminina, as mulheres costumam ser mais consumistas que os homens (Ponchio, 2006), sendo esse um aspecto a ser trabalhado com as beneficiárias do PBF.

Em relação ao comportamento financeiro, a média geral observada na Tabela 1 é de 3,51, a qual aponta para um bom comportamento financeiro dos beneficiários do PBF. Verificando as altas médias das variáveis que compõem esse fator, conclui-se que os entrevistados comparam preço (média 4,51), analisam as contas antes de fazer uma grande compra (média 4,42), procuram pagar as contas em dia (média 4,14), dentre outros comportamentos que maximizam a qualidade da gestão financeira. Todavia, um comportamento que seria essencial para a melhora na segurança financeira dessas famílias não é exercido, isto é, a poupança (média 1,87). Como discutido anteriormente, esse fato pode ser desencadeado principalmente pela restrição orçamentária e também pela visão de que o consumo de bens duráveis é uma maneira de economia (Lucke *et al.*, 2014).

O terceiro fator atitude ao endividamento manifestou uma média geral de 2,58 (Tabela 1), assinalando, mais uma vez, que as respostas foram em

torno de três, ou seja, indiferentes, mostrando que a amostra não tem elevada probabilidade de endividar-se, mas que deve atentar-se para elevados níveis de desembolso que possam comprometer sua saúde financeira. Quando observadas as questões que compõem o fator, salienta-se a variável “Para você, o dinheiro é feito para gastar”, a qual apontou a maior média, dentre as variáveis que compõem o fator (média 3,35), indicando que os entrevistados visualizam o dinheiro prioritariamente como forma de aquisição de bens. Todavia, esse resultado equilibra-se com o fato de que os indivíduos concordam que “Não é certo gastar mais do que você ganha” (média 1,83, variável invertida), ou seja, visualizam os valores monetários como meios para o consumo, mas preocupam-se em controlar os gastos da casa (média 1,67, variável invertida). Utilizando a mesma escala, Moura (2005) identificou baixa atitude ao endividamento dentre seus pesquisados.

Por fim, os fatores que representam o bem-estar foram analisados. Inicialmente se discute o bem-estar financeiro, o qual exibiu média geral de 2,96 (Tabela 1), revelando que os respondentes estão indiferentes quanto a esse fator, ou seja, não possuem amplo bem-estar financeiro, mas também não estão insatisfeitos. Aprofundando-se nas análises, percebe-se que as variáveis com maior média são: “Daqui a 1 ano, você pretende ter pago todas suas dívidas” (média 4,07) e “Daqui a 5 anos, você pretende ter pago todas as suas dívidas” (média 4,38), evidenciando que os beneficiários acreditam que estarão, no futuro, em melhores condições financeiras, podendo assim arcar com seus compromissos firmados no presente. Todavia, as variáveis “Você se preocupa constantemente com o pagamento de suas dívidas” e “Você pensa muito em suas dívidas” apontaram as menores médias (1,74 e 1,85, respectivamente). Dado que essas são questões invertidas, elucida-se que os entrevistados se preocupam com suas dívidas, o que minimiza o sentimento de bem-estar com as finanças.

Em relação à satisfação global de vida, a amostra exhibe estar satisfeita (média geral de 3,69, exibida na Tabela 1). Detalhando esse resultado com as variáveis que compõem o fator, verifica-se maior concordância com as questões: “Você gosta da sua vida” (média 4,05), “Você se sente bem do jeito que você é” (média 4,01) e “Você é uma pessoa feliz” (média 4,05), evidenciando que, de maneira geral, esses beneficiários gostam da vida, são felizes com ela e se sentem bem do jeito que são. Esse resultado é instigante, à medida que essas famílias sobrevivem diante de elevada restrição orçamentária e diversas adversidades financeiras apresentadas ante-



riormente, mas, mesmo assim, sentem-se satisfeitas com a vida, indicando que, para essa parcela da população, as condições monetárias podem não ser tão relevantes para a consolidação da satisfação com a vida.

Partindo desses aspectos comportamentais, adentra-se no conhecimento financeiro, o qual baliza o comportamento (Tabela 2).

Tabela 2 Estatística descritiva do conhecimento financeiro

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Você tem R\$ 100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de cinco anos, qual o valor que você terá na poupança? Considere que não tenha sido depositado nem retirado dinheiro.	Menos do que R\$ 150,00	24	4,1
	Exatamente R\$ 150,00	88	15,0
	*Mais do que R\$ 150,00	97	16,5
	Não sabe	379	64,5
Suponha que, no ano de 2015, sua renda dobrará, e os preços de todos os bens também dobrarão. Em 2015, o quanto você será capaz de comprar com a sua renda?	Mais do que hoje	72	12,2
	*Exatamente o mesmo	164	27,9
	Menos do que hoje	119	20,2
	Não sabe	233	39,6
Imagine que cinco amigos recebem uma doação de R\$ 1.000,00 e precisam dividir o dinheiro igualmente entre eles. Quanto cada um vai ganhar?	100	26	4,4
	*200	264	44,7
	1000	9	1,5
	5000	7	1,2
	Não sabe	284	48,1
Um investimento com alta taxa de retorno terá alta taxa de risco. Essa afirmação é:	*Verdadeira	194	32,9
	Falsa	50	8,5
	Não sabe	345	58,6
Alta inflação significa que o custo de vida está subindo rapidamente. Essa afirmação é:	*Verdadeira	370	62,9
	Falsa	23	3,9
	Não sabe	195	33,2

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*Alternativas corretas.

Por meio da Tabela 2, pode-se identificar que há maior percentual de erros nas questões do que acertos. Na primeira variável, apenas 16,5% dos entrevistados souberam responder à questão que envolvia taxa de juro; na segunda, 27,9% assinalaram corretamente a respeito do valor do dinheiro no tempo. Observando a pergunta de matemática básica, os entrevistados tiveram maior nível de acertos, mas voltaram a se confundir quando o assunto foi a taxa de retorno (32,9%). Por fim, a variável correspondente

à inflação foi a que eles demonstraram melhor desempenho (69,2% acertaram), provavelmente por esse ser um assunto recorrente na mídia. Além dessas evidências de baixo nível de conhecimento financeiro, buscando verificar o número de acertos de cada indivíduo, percebeu-se que apenas 14 entrevistados acertaram todas as questões, e 140 não responderam corretamente a nenhuma das variáveis. Outro aspecto a ser salientado é o elevado número de respondentes que marcaram a alternativa “não sabe” nos questionamentos, revelando insegurança diante desses temas. Assim, em termos gerais, identifica-se uma carência de conhecimento financeiro dessa parcela da população, o que provavelmente desencadeia uma gestão financeira menos eficiente. Ratificando esse achado, Lusardi, Mitchell e Curto (2010) constataram que as mulheres são significativamente menos propensas a responder às perguntas sobre finanças corretamente e mais propensas a dizer que elas não sabem a resposta.

Como última análise, estimou-se o modelo de regressão linear, a fim de verificar quais os fatores comportamentais e variáveis de gestão que influenciam a satisfação global de vida (Tabela 3).

**Tabela 3 Resultados da regressão múltipla considerando os coeficientes padronizados e os testes de significância**

Variáveis	Coeficiente padronizado	Erro padrão	Teste t	Significância	VIF
Bem-estar financeiro	0,348	0,052	6,735	0,000	1,136
Atitude financeira	0,182	0,060	3,033	0,003	1,233
Atitude ao endividamento	0,090	0,058	1,563	0,119	1,265
Comportamento financeiro	0,335	0,043	7,867	0,000	1,311
Conhecimento financeiro	-0,023	0,020	-1,164	0,245	1,197
Possui dívida	-0,218	0,061	-3,594	0,000	1,209
Possui cartão de crédito	0,028	0,045	0,616	0,538	1,025
Possui carnê de loja	0,042	0,056	0,756	0,450	1,109
Realiza poupança	-0,131	0,063	-2,083	0,038	1,084
Possui o nome ligado a algum cadastro negativo	-0,027	0,064	-0,429	0,668	1,319
Já emprestou o nome para alguém	0,048	0,060	0,795	0,427	1,262

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Quanto aos pressupostos do modelo, observou-se que não há autocorrelação serial, uma vez que o valor do teste de Durbin Watson (1,895) ficou dentro do intervalo considerado adequado ( $1,832 < d < 2,100$ ). Para verificar a multicolinearidade, utilizaram-se os índices VIF, que, como apresentado na Tabela 3, ficaram próximos de 1, confirmando a ausência de multicolinearidade. Analisando a normalidade dos resíduos, foi efetuado o teste *Kolmogorov-Smirnov* (valor 0,706 e sig. 0,701), que apontou resíduos com uma distribuição normal. O modelo apresentou um coeficiente de determinação ( $R^2$ ) de 0,204, indicando que 20,4% da variância da satisfação global de vida é explicada pelos fatores comportamentais e pelas variáveis vinculadas às finanças.

Inicialmente, observa-se que o bem-estar financeiro, a atitude financeira e o comportamento financeiro influenciam positivamente na satisfação global de vida, enquanto que possuir dívida e poupança impacta negativamente nesse fator. Falahati *et al.* (2012) enfatizam que a satisfação financeira é fundamental para a satisfação pessoal e mais global com a vida, já que os sentimentos de satisfação ou insatisfação, vinculados aos aspectos financeiros, influenciam em diversos âmbitos da vida, ou seja, a estabilidade, o equilíbrio e a ausência de preocupação com compromissos monetários em atraso maximizam o alcance de sonhos e o atendimento a necessidades e vontades, aumentando a felicidade no longo prazo.

Em relação à atitude e o comportamento financeiro, os resultados indicam que esses fatores representam um subsídio importante para a gestão financeira equilibrada, capaz de evitar transtornos como o endividamento e conseqüentemente insatisfação com a vida. Nesse mesmo sentido, o sinal negativo da variável dívida revela que indivíduos que possuem conta em atraso estão com menores níveis de satisfação global de vida. Resultado que vai ao encontro das pesquisas que indicam que o endividamento gera diversas disfunções, tanto nas questões financeiras quanto na vida pessoal e social, desencadeando conseqüências negativas como depressão, doenças do coração e insônia, que afetam diretamente a satisfação de vida (Lucke *et al.*, 2014). A influência negativa da poupança sugere que poupar hoje reduz a satisfação global de vida no presente, já que geralmente o esforço de poupar para as famílias de baixa renda significa deixar de consumir no presente em busca de melhor condição de aquisição no futuro.

## 5 Considerações finais

Buscando compreender de maneira superficial o perfil de uma família beneficiária do Programa Bolsa Família, entende-se que essa se encontra em condições financeiras instáveis e orçamento limitado, sendo assim considerada pobre ou extremamente pobre. Todavia, além disso, esse estudo propiciou a identificação de que tais limitações vão além da simples restrição orçamentária; os resultados inerentes à situação financeira apontaram grande instabilidade, tais como: os entrevistados geralmente não conseguem pagar suas despesas mensais; gastam mais do que ganham; o dinheiro do PBF já é todo comprometido mesmo antes do recebimento; possuem contas em atraso, principalmente com lojas de crediário e supermercados. Esse panorama evidencia que, mesmo com a concessão do recurso do programa, essas famílias ainda não se encontram em equilíbrio e solidez financeira, que, diante das necessidades de alimentação, saúde, educação e moradia, consomem todos os seus rendimentos. Por outro lado, mesmo com essas condições, a maior parte delas revela estar satisfeita com sua situação financeira. Esse resultado é instigante, à medida que, diante das adversidades vividas por essas pessoas, a percepção da situação financeira é positiva. Assim, pode-se conjecturar que a concessão do benefício traz para essas famílias uma percepção de melhoria na vida cotidiana de maneira que, comparativamente com sua situação anterior, elas se sintam financeiramente mais realizadas, pois ao menos necessidades básicas então sendo mais bem supridas.

Com relação ao poder de tomada de decisão financeira, observa-se que as beneficiárias estão assumindo o ato de decidir. Esse resultado ratifica o momento vivenciado por elas no presente, já que no passado as mulheres não ocupavam essa posição, mas atualmente, dada a maior compreensão delas das necessidades da casa, da maior organização e planejamento e da capacidade de adaptarem-se em situações controversas, elas se tornam mais capacitadas para exercer essa função. Contudo, os achados revelam que tais mulheres, apesar de comparar preços e avaliar suas contas antes de realizar novas aquisições, ainda possuem dificuldades em entender conceitos básicos como taxa de juros e valor de dinheiro no tempo.

Para os fatores comportamentais, os achados apontam inicialmente uma indiferença dos entrevistados acerca do bem-estar financeiro; todavia,

ao aprofundar-se nas análises, é possível identificar variáveis com médias muito elevadas e outra reduzidas, ou seja, heterogeneidade das respostas que acabam conduzindo a média geral para a resposta indiferente. Disso, conclui-se que eles pretendem eliminar as dívidas no futuro, mas no presente sentem-se desconfortáveis com as contas atuais; resultados semelhantes são evidenciados na atitude ao endividamento e na atitude financeira. Quanto à satisfação global de vida e ao comportamento financeiro, achados mais favoráveis são identificados.

A regressão linear múltipla indicou que pessoas com elevada percepção de bem-estar financeiro, atitude e comportamento financeiros adequados, baixo nível de poupança e ausência de dívida visualizam melhor satisfação global de vida. Esses resultados contribuem para maior compreensão dos fatores que afetam a satisfação global de vida dessas famílias, indicando que estratégias poderiam ser desenvolvidas com esses indivíduos em prol do melhoramento desses aspectos. Assim, ao mesmo tempo em que corroboram o papel dos fatores comportamentais na satisfação, os resultados deixam claro que é possível a adoção de estratégias que atuem em prol das deficiências, principalmente do conhecimento financeiro, o que pode contribuir para a melhoria ainda maior da percepção de bem-estar financeiro dessas mulheres, bem como de sua satisfação com a vida.

Em síntese, os dados apresentados mostram que a distribuição dos benefícios principalmente às mulheres deu a elas o poder da decisão financeira e que essas vêm adotando práticas que buscam melhorar o consumo, pelo menos para a satisfação das necessidades básicas de sua família. No entanto, ainda carecem de um aporte educacional para que conheçam melhor o mundo das finanças e possam conseguir alocar de maneira mais eficiente os recursos recebidos. Neste contexto, a intensificação da aplicação de estratégias nacionais de alfabetização financeira, como, por exemplo, as propostas pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), adaptadas com foco nessas famílias, poderiam trazer resultados em médio e longo prazos, evitando assim os problemas sociais e emocionais decorrentes da inadimplência.

Como sugestão para estudos futuros, destaca-se a ampliação da população, o aprofundamento da relação da situação financeira adversa, contrastada com a percepção de uma situação financeira satisfatória, e a ampliação de pesquisas que abordem em contexto de baixa renda a poupança não como um fator que traga maior nível de bem-estar global com a vida.

## Referências

- ALONSO, J. A. F. A emergência de aglomerações urbanas não metropolitanas no Rio Grande do Sul. *Indicadores Econômicos FEE*, 37, n. 3, 2009.
- ATKINSON, A.; MESSY, F. A. Measuring financial literacy: Results of the OECD infep pilot study. *Papers on Finance, Insurance and Private Pensions - OECD Publishing*, 15, p. 01-73, 2012.
- BAEK, E.; HONG, G. S. Effects of family life-cycle stages on consumer debts. *Journal of Family and Economic Issues*, 25, n. 3, p. 359-385, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. *Programa de Gestão do PBF*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.
- BRICKER, J.; KENNICKELL, A. B.; MOORE, K. B.; SABELHAUS, J. Changes in U.S. family finances from 2007 to 2010: Evidence from the Survey of Consumer Finances. *Federal Reserve Bulletin*, 98, n. 2, p. 1-80, 2012.
- BRUSKY, B.; FORTUNA, J. P. *Entendendo a Demanda para as Microfinanças no Brasil: Um Estudo Qualitativo de Duas Cidades*. Rio de Janeiro: BNDES/PDI, 2002.
- BUDESCU, M.; TAYLOR, R. D. Order in the home: Family routines moderate the impact of financial hardship. *Journal of Applied Developmental Psychology*, v.34, n. 2, p. 63-72, 2013.
- CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. As relações entre o consumo das famílias brasileiras, ciclo de vida e gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2010.
- CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. Programa Bolsa Família e o Nordeste: Impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, 2013.
- COLLINS, D.; MORDUCH, J.; RUTHERFORD, S.; RUTHVEN, O. *Portfolios of the poor: How the world's poor live on \$2 a day*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- CUI, C.; I-JUN, C.; YAN, G. Family resource management style and life adjustment of low-income single mothers in China. *Social Behavior and Personality: An International Journal*, v.40, n. 6, p. 959-970, 2012.
- DEDECCA, C. S. O enfoque multidimensional da pobreza no Plano Brasil Sem Miséria, Inclusão Produtiva Urbana: Experiências, desafios e resultados. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, n. 19, p. 22-34, 2014.
- FALAHATI, L.; SABRI, M. F.; PAIM, L. H. Assessment a model of financial satisfaction predictors: Examining the mediate effect of financial behaviour and financial strain. *World Applied Sciences Journal*, v.20, n. 2, p. 190-197, 2012.
- HAGERTY, M. R.; VEENHOVEN, R. Wealth and happiness revisited—growing national income does go with greater happiness. *Social Indicators Research*, v.64, n. 1, p. 1-27, 2003.
- HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. *Journal of Consumer Affairs*, v.44, n. 2, p. 296-316, 2010.
- HUTZ, C. S. *Avaliação em psicologia positiva*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estados, *Censo Demográfico 2010*. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=RS>>. Acesso em: 10 ago. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010: Uniões consensuais já representam mais de 1/3 dos casamentos e são mais frequentes nas classes de menor rendimento, 2012*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2240&busca=1&t=censo-2010-unioes-consensuais-ja-representam-mais-13-casamentos-sao-frequentes-classes>>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- KEESE, M. Who feels constrained by high debt burdens? Subjective vs. objective measures of household debt. *Journal of Economic Psychology*, v.33, n. 1, p. 125-141, 2012.
- KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; PANOS, G. A. Financial literacy and its consequences: Evidence from Russia during the financial crisis. *Journal of Banking & Finance*, v.37, n. 10, p. 3904-3923, 2013.
- LUCKE, V. A. C.; FILIPIN, R.; BRIZOLLA, M. M. B.; VIEIRA, E. P. Comportamento financeiro pessoal: Um comparativo entre jovens e adultos de uma cidade da região Noroeste do Estado do RS. In: XVII SemeAd SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 2014 Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SemeAd, 2014.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S.; CURTO, V. Financial literacy among the young. *Journal of Consumer Affairs*, v.44, n. 2, p. 358-380, 2010.
- LUSARDI, A.; WALLACE, D. Financial literacy and quantitative reasoning in the high school and college classroom. *Numeracy*, v.6, n. 2, p. 1, 2013.
- LYONS, A. C.; YILMAZER, T. Health and financial strain: Evidence from the survey of consumer finances. *Southern Economic Journal*, v.71, n. 4, p. 873-890, 2005.
- MALONE, K.; STEWART, S. D.; WILSON, J.; KORSCHING, P. F. Perceptions of financial well-being among American women in diverse families. *Journal of Family and Economic Issues*, v.31, n. 1, p. 63-81, 2010.
- MARQUES, M. M.; FRADE, C. *Regular o sobre-endividamento*. Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (Ed.), Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.
- MATTOSO, C. L. *Identidade, inserção social e acesso a serviços financeiros: Um estudo na favela da Rocinha*. 2005. 237 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- MELO, C. L. L.; SILVA, C. A. T. Finanças comportamentais: Um estudo da influência da faixa etária, gênero e ocupação na aversão à perda. *Revista de Contabilidade e Organizações, RCO*, v.4, n. 8, p. 3-23, 2010.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS), Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC). *Manual de Gestão do Programa Bolsa Família*. 2. ed. Brasília: Governo Federal, 2014.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS), Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Pesquisa sobre os conhecimentos, atitude e práticas das famílias inscritas no cadastro único para programas sociais. *Cadernos de Estudo*, n. 16, Brasília: Indago, 2014.

- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS), Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Avaliação de políticas e programas do MDS: Resultados, Bolsa Família e Assistência Social. *Instituto Pólis1, Pesquisa de Opinião com Beneficiários do Programa Bolsa Família*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS), Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família. In: 2ª rodada (AIBF II). *Sumário Executivo*. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2012.
- MORAES, S. L. *A relação entre interação setorial e o desempenho econômico das mesorregiões gaúchas nos anos 2000*. 81 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MOTTOLA, G. R. In our best interest: Women, financial literacy, and credit card behavior. *Numeracy*, v.6, n. 2, p. 4, 2013.
- MOURA, A. G. *Impacto dos diferentes níveis de materialismo na atitude ao endividamento e no nível de dívida para financiamento do consumo nas famílias de baixa renda do município de São Paulo*. 2005. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.
- NATIONAL FINANCIAL CAPABILITY STUDY (NFCS). Financial Capability in the United States - Report of Findings from the 2012 National Financial Capability Study. *Financial Industry Regulatory Authority (FINRA) Investor Education Foundation*. 2013. Disponível em: <[http://www.usfinancialcapability.org/downloads/NFCS\\_2012\\_Report\\_Natl\\_Findings.pdf](http://www.usfinancialcapability.org/downloads/NFCS_2012_Report_Natl_Findings.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2013.
- NORVILITIS, J. M.; SZABLICKI, P. B.; WILSON, S. D. Factors influencing levels of credit-card debt in College Students 1. *Journal of Applied Social Psychology*, v. 33, n. 5, p. 935-947, 2003.
- O'NEILL, B.; SORHAINDO, B.; XIAO, J. J.; GARMAN, E. T. Financially distressed consumers: Their financial practices, financial well-being, and health. *Journal of Financial Counseling and Planning*, v.16, n. 1, p. 73-85, 2005.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD, 2009). Improving financial literacy: Analysis of issues and policies, 2009. *OECD Publishing*. Disponível em: <[ftp://ftp.fsb.co.za/public/Consumer%20Education/Presentations/2009%20Improving\\_Financial\\_%20Literacy.pdf](ftp://ftp.fsb.co.za/public/Consumer%20Education/Presentations/2009%20Improving_Financial_%20Literacy.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2013.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD, 2013). Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender. *OECD Publishing*. Disponível em: <[http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/TrustFund2013\\_OECD\\_INFE\\_Fin\\_Lit\\_and\\_Incl\\_SurveyResults\\_by\\_Country\\_and\\_Gender.pdf](http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- PLAGNOL, A. C. Financial satisfaction over the life course: The influence of assets and liabilities. *Journal of Economic Psychology*, v.32, n. 1, p. 45-64, 2011.
- PLANO, C. D. E. Gestão financeira entre as classes de baixa renda no Brasil: Abrangente, diversificada, engajada. *Bankable Frontier Associates*, 2012. Disponível em: <<https://inclusao-financieirabrasil.files.wordpress.com/2012/09/plano-cde-bfa-gestc3a3o-financieira-entre>>



- as-classes-de-baixa-renda-no-brasil.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2013.
- PONCHIO, M. *The influence of materialism on consumption indebtedness in the context of low income consumers from the city of Sao Paulo*. 2006. 175 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. [Links], 2006.
- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. *Beneficiários de Programas Sociais em 2014*. Disponível em: <<http://www.transparencia.df.gov.br/SitePages/Benefici%C3%A1rios/ListaBenefici%C3%A1rios.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- REMUND, D. L. Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. *Journal of Consumer Affairs*, v.44, n. 2, p. 276-295, 2010.
- SAMPAIO, M. A. P.; SOUSA, E. P. D. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre os gastos das famílias beneficiárias em Mauriti, Ceará. *Gestão & Regionalidade*, v.30, n. 9, p. 18-31, 2014.
- SANTANA, J. A. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE. 2007, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) e pela CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento), 2007.
- SENNA, M. D. C. M.; BURLANDY, L.; MONNERAT, G. L.; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R. Programa Bolsa Família: Nova institucionalidade no campo da política social brasileira. *Revista Katálysis*, v.10, n. 1, p. 86-94, 2007.
- SHOCKEY, S. S. *Low-wealth Adults' Financial Literacy, Money Management Behaviors, and Associated Factors, Including Critical Thinking*. 2002. 740 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – The Ohio State University, Utah, 2002.
- SILVA, M. O. DA S.; YAZBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. *A política brasileira no século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SILVA, M. O. DA S. Pobreza, desigualdade e política pública: Caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Revista Katálysis, Florianópolis*, v.13, n. 2, p. 155-163, 2010.
- SILVA, P. A. O. Os avanços e os limites da queda recente da desigualdade no Brasil. *Revista de Estudos Sociais*, v.15, n. 29, p. 33-57, 2013.
- SLOMP, J. Z. F. Endividamento e consumo. *Revista das Relações de Consumo*, v. 108, p. 109-131, 2008.
- SUGIYAMA, N. B.; HUNTER, W. Whither clientelism? Good governance and Brazil's Bolsa Família Program. *Comparative Politics*, v. 46, n. 1, p. 43-62, 2013.
- VAN ROOIJ, M. C.; LUSARDI, A.; ALESSIE, R. J. Financial literacy and retirement planning in the Netherlands. *Journal of Economic Psychology*, v. 32, n. 4, p. 593-608, 2011.
- VITT, L. A. Consumers' financial decisions and the psychology of values. *Journal of Financial Services Professionals*, v. 58, n. 6, p. 68-77, 2004.
- WEISSHEIMER, M. A. *Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

### **Sobre as autoras**

*Jéssica Pulino Campara - jecampara@hotmail.com*

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

*Kelmara Mendes Vieira - kelmara@terra.com.br*

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

Este trabalho teve o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio do Edital CNPq n°. 24/2014\*.

### **Sobre o artigo**

Recebido em 20 de maio de 2015. Aprovado em 28 de agosto de 2015.